

Resumo executivo

# Estudo econômico da América Latina e Caribe **2025**

Mobilização de recursos  
para o financiamento  
do desenvolvimento



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

Resumo executivo

# Estudo Econômico

da América Latina  
e do Caribe **2025**

Mobilização de recursos  
para o financiamento  
do desenvolvimento



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

**José Manuel Salazar-Xirinachs**  
Secretário Executivo

**Javier Medina Vásquez**  
Secretário Executivo Adjunto a. i.

**Noel Pérez Benítez**  
Oficial Encarregado da Divisão de Desenvolvimento Econômico

**Sally Shaw**  
Diretora da Divisão de Documentos e Publicações

O *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe* é um documento anual da Divisão de Desenvolvimento Econômico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A elaboração da edição de 2025 foi dirigida por Noel Pérez Benítez, Oficial Encarregado da Divisão de Desenvolvimento Econômico, e a coordenação esteve a cargo de Ramón Pineda Salazar, Oficial Superior de Assuntos Econômicos da mesma Divisão.

Agradecemos a colaboração da Divisão de Estatísticas, Divisão de Comércio Internacional e Integração, sedes sub-regionais da CEPAL na Cidade do México e Port of Spain e escritórios nacionais da Comissão na Argentina, Bogotá, Brasília, Montevidéu e Washington, D.C.

As seções do primeiro capítulo, "Panorama regional", baseiam-se em insumos preparados pelos seguintes especialistas: Esteban Pérez Caldentey e Jeanelle Clarke (tendências da economia mundial e liquidez global), Christine Carton e Pablo Carvallo (setor externo), Claudio Aravena e Ramón Pineda Salazar (atividade econômica), Ramón Pineda Salazar, Claudio Aravena e Tomás Gálvez (emprego e salários), Ramón Pineda Salazar e Temitope Farotimi (preços), Noel Pérez Benítez, Dalmiro Morán, Michael Hanni, Ivonne González, Patricia Weng, Elisa Aranedo e Juan Manuel Badilla (política fiscal), Francisco Villarreal, Francis Peñaloza e Alejandra Acevedo (políticas monetária, cambial e prudencial), Ramón Pineda Salazar, Pablo Carvallo, Christine Carton, Claudio Aravena e Temitope Farotimi (projeções e perspectivas econômicas), com a colaboração das sedes sub-regionais e escritórios nacionais da Comissão. Tomás Gálvez coordenou a elaboração do anexo estatístico em colaboração com Alejandra Acevedo, Claudio Aravena, Pablo Carvallo, Ivonne González, Michael Hanni e Elisa Aranedo.

Os capítulos da segunda parte, "Mobilização de recursos para o financiamento do desenvolvimento", foram coordenados por Noel Pérez Benítez, Esteban Pérez Caldentey, Francisco Villarreal e Ramón Pineda Salazar. Na elaboração dos capítulos participaram: capítulo II, Noel Pérez Benítez, Dalmiro Morán, Michael Hanni, Ivonne González, Patricia Weng, Elisa Aranedo e Juan Manuel Badilla; capítulo III, Francisco Villarreal, Dalmiro Morán, Michael Hanni e Jeanelle Clarke; capítulo IV, Esteban Pérez Caldentey, Georgina Cipoletta e Jeanelle Clarke.

As notas sobre os países foram elaboradas pelos seguintes especialistas: Laura Abramo, Alejandra Acevedo, Anahí Amar, Claudio Aravena, Raquel Artecona, Fernando Balbuena, Christine Carton, Pablo Carvallo, Martín Cherkasky, Georgina Cipoletta, Jeanelle Clarke, Keon Constantine, Jayde Eastmond, Temitope Farotimi, Tomás Gálvez, Enrique González, Camila Gramkow, Michael Hanni, Michael Hendrickson, José Iraheta, Mayra Jurúá Gomes, Álvaro Lalanne, Li Ma, Sheldon McLean, Claudia Ospina, Roberto Orozco, Ramón Padilla, Ángela María Penagos, Francis Peñaloza, Guillermo Peredo, Noel Pérez Benítez, Esteban Pérez Caldentey, Ramón Pineda Salazar, Manuel Quesada, Verónica Quiroz, Juan Carlos Rivas, Miosotis Rivas Peña, Indira Romero, Jesús Santamaría, Daniel Vergara, Soledad Villafañe, Francisco Villarreal, Patricia Weng e Romain Zivy.

O anexo estatístico correspondente a este *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe, 2025*, pode ser consultado em: <https://bit.ly/Estudio-Economico-2025>.

As Nações Unidas e os países que representam não são responsáveis pelo conteúdo de links a sites externos incluídos nesta publicação.

---

Publicação das Nações Unidas  
LC/PUB.2025/11 • Distribuição: G • Copyright © Nações Unidas, 2026 • Todos os direitos reservados  
Impresso nas Nações Unidas, Santiago • S.2500738[pt]

---

#### Notas explicativas:

Os três pontos indicam que os dados faltam, não constam separadamente ou não estão disponíveis.

O travessão indica que a quantidade é nula ou desprezível.

A vírgula é usada para separar os decimais.

A palavra "dólares" se refere a dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário.

A barra entre cifras que expressam anos (por exemplo, 2024/2025) indica que a informação corresponde a um período de 12 meses que não coincide necessariamente com o ano civil.

Já que às vezes se arredondam as cifras, os dados e as porcentagens apresentados nos elementos gráficos nem sempre somam o total correspondente.

Esta publicação deve ser citada como: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2026). *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe, 2025. Resumo executivo* (LC/PUB.2025/11).

A autorização para reproduzir total ou parcialmente esta obra deve ser solicitada à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Divisão de Documentos e Publicações: [publicaciones.cepal@un.org](mailto:publicaciones.cepal@un.org). Os Estados Membros das Nações Unidas e suas instituições governamentais podem reproduzir esta obra sem autorização prévia. Somente se solicita que mencionem a fonte e informem à CEPAL essa reprodução.

# Apresentação e resumo executivo

---

Apresentação .....	5
Resumo executivo.....	9
A. Dinâmicas mundial e regional em 2024 e 2025.....	9
B. Perspectivas econômicas para a América Latina e o Caribe em 2025 e 2026 .....	13
C. Políticas de médio e longo prazo: rumo a uma transformação produtiva inclusiva e sustentável.....	16



## Apresentação

Em sua edição número 77, o *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe, 2025* consta de três partes.

A primeira parte (capítulo I) resume o desempenho da economia regional em 2024 e analisa sua evolução nos primeiros meses de 2025, bem como as perspectivas de crescimento para 2025 e 2026. Destacam-se os fatores externos e internos que incidiram no desempenho econômico da região e que condicionarão o crescimento econômico nos próximos anos.

A segunda parte (capítulos II, III e IV), intitulada “Mobilização de recursos para o financiamento do desenvolvimento”, argumenta que a América Latina e o Caribe devem acelerar urgentemente a mobilização de recursos para seu desenvolvimento. Essa mobilização serve para sair das armadilhas de baixa capacidade para crescer, alta desigualdade, baixa mobilidade social e fraca coesão social e baixas capacidades institucionais e governança pouco efetiva e fechar as lacunas do desenvolvimento que a caracterizam. Isto é particularmente importante num contexto internacional de baixo crescimento, altos custos de financiamento, rivalidade geopolítica e considerável incerteza.

Os efeitos da pandemia de COVID-19, o endurecimento das condições financeiras mundiais, as tensões geopolíticas e os impactos da mudança climática exacerbaram as vulnerabilidades estruturais da região. Nesse contexto, a mobilização de recursos financeiros tem uma relevância estratégica, não só para manter a estabilidade econômica, mas também como catalisadora de um desenvolvimento mais produtivo, inclusivo e sustentável. A Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, realizada recentemente em Sevilha (Espanha), reafirmou o compromisso da comunidade internacional com as aspirações de desenvolvimento sustentável e aumento do financiamento, que constitui uma oportunidade que a América Latina e o Caribe devem aproveitar.

Os capítulos do presente documento, que serviram de base técnica e analítica para a participação da CEPAL na Conferência, abordam, sob uma perspectiva integral, três dimensões inter-relacionadas do financiamento do desenvolvimento: i) os desafios fiscais para mobilizar recursos internos, ii) as reformas necessárias para fechar a lacuna de financiamento para a transformação produtiva e iii) o papel estratégico dos bancos de desenvolvimento na mobilização de financiamento para o setor produtivo. Cada capítulo inclui mensagens centrais que permitem compreender a magnitude do desafio, mas também identificar oportunidades de ação e cooperação.

O capítulo II destaca que a região precisa de uma política fiscal transformadora que amplie o espaço fiscal, priorize o investimento público e fortaleça a institucionalidade. Este capítulo enfatiza que a América Latina e o Caribe enfrentam uma situação fiscal estruturalmente frágil. As receitas tributárias são insuficientes (21,3% do PIB em média) e se caracterizam por uma estrutura regressiva concentrada em impostos indiretos sobre bens e serviços. A isto se soma uma evasão fiscal elevada — estimada em torno de 433 bilhões de dólares anuais — e um uso generalizado dos gastos tributários que precisam ser avaliados, já que constituem uma fonte adicional de erosão do espaço fiscal. As necessidades de gastos crescem aceleradamente devido ao envelhecimento da população (que aumenta a pressão sobre os sistemas de saúde e aposentadoria), à mudança climática (que demanda investimentos que podem chegar a 5% do PIB regional) e à persistência de profundas desigualdades sociais. O investimento público, em vez de se expandir, desde 2020 tem sido utilizado como variável de ajuste fiscal, enfraquecendo a capacidade do Estado para impulsionar o crescimento. Diante disso, a CEPAL propõe a implementação de uma política fiscal ativa, baseada em cinco pilares: uma reforma tributária progressiva, redução da evasão e avaliação dos benefícios fiscais, impulso sustentado ao investimento público, melhoria da eficiência dos gastos e fortalecimento das instituições fiscais. Somente com uma política fiscal robusta, inclusiva e resiliente será possível mobilizar os recursos internos necessários para o desenvolvimento sustentável.

O capítulo III argumenta que, para escapar da armadilha de baixa capacidade de crescer é imperativa a transformação produtiva das economias da região e que, para impulsioná-la, é preciso fechar a lacuna crescente de financiamento mediante reformas globais e maior investimento privado. O capítulo assinala que os países em desenvolvimento, inclusive os da região, enfrentam uma lacuna de financiamento cada vez mais ampla para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Enquanto antes da pandemia estimava-se que essa lacuna chegava a 2,5 trilhões de dólares anuais, em 2025 esta cifra se situa entre 3 e 4 trilhões de dólares, com projeções que superam 6 trilhões em 2030. Essa lacuna é ampliada pelo baixo crescimento, alto endividamento e volatilidade dos fluxos externos. O capítulo insiste na necessidade de reformar a arquitetura financeira internacional para que seja mais equitativa, estável e previsível e propõe três áreas de ação: i) fortalecer a cooperação tributária internacional, combatendo a evasão fiscal de grandes fortunas e plataformas digitais; ii) estabelecer mecanismos mais eficazes para a gestão da dívida pública, incorporando critérios que considerem as necessidades de investimento em desenvolvimento; iii) ampliar a rede de segurança financeira mediante a reorientação dos mecanismos de dotação de liquidez existentes, cláusulas contingentes e maior uso dos direitos especiais de saque (DES). Além disso, sublinha-se que os recursos públicos são insuficientes, motivo pelo qual é preciso fomentar ativamente os investimentos privados tanto de origem nacional como de origem externa. Isso implica aprofundar o desenvolvimento de mercados de capital no âmbito nacional e promover sua integração no âmbito regional, ampliar o uso de instrumentos financeiros inovadores (como títulos verdes ou sociais) e atrair investimento estrangeiro direto alinhado com os planos nacionais de desenvolvimento produtivo. Também se faz um apelo a revitalizar a cooperação internacional para o desenvolvimento, redefinindo critérios de medição do desenvolvimento e elegibilidade para a assistência oficial para o desenvolvimento, promovendo transições mais suaves para a graduação e fortalecendo a cooperação regional.

Por último, o capítulo IV se concentra na maneira como os bancos de desenvolvimento devem se fortalecer como ferramenta essencial para financiar setores estratégicos e corrigir falhas de mercado. Esse capítulo enfoca o papel insubstituível dos bancos de desenvolvimento na canalização de recursos para atividades produtivas.

Os bancos de desenvolvimento têm cinco funções importantes: i) financiar projetos em áreas econômicas, sociais e ambientais, ii) proporcionar financiamento a microempresas, pequenas e médias empresas (MPME), iii) contribuir para o desenvolvimento do setor financeiro e dos mercados de capitais, iv) atuar como fonte anticíclica de financiamento e v) participar na exploração e identificação de setores produtivos emergentes. Essas funções contribuem para corrigir falhas de mercado e fomentar um desenvolvimento produtivo, sustentável e inclusivo.

A região conta com um ecossistema amplo, mas heterogêneo, de bancos de desenvolvimento, inclusive entidades multilaterais, sub-regionais e mais de 100 instituições financeiras para o desenvolvimento.

Quanto à especialização setorial, na América Latina os bancos de desenvolvimento regionais e sub-regionais concentram seu trabalho principalmente no financiamento de infraestrutura, enquanto os bancos nacionais dirigem seus esforços para a inclusão financeira das MPME, setores fundamentais para o emprego e a diversificação produtiva. As instituições financeiras de desenvolvimento aumentaram sua participação em projetos vinculados à ação climática, financiamento verde e sustentabilidade, embora no âmbito nacional o investimento nessas áreas continue sendo limitado.

Muitos bancos nacionais enfrentam desafios operacionais, financeiros e de governança que limitam seu impacto. Nesse sentido, alcançar uma melhor coordenação entre bancos de desenvolvimento multilaterais, regionais, sub-regionais e nacionais será fundamental para alinhar os esforços dirigidos ao cumprimento dos objetivos.

Identificam-se como prioridades o fortalecimento de suas capacidades técnicas, a profissionalização, a sustentabilidade financeira e a coordenação institucional. Além disso, destaca-se o avanço em instrumentos como os sistemas de garantias, o financiamento digital, os títulos temáticos e o

financiamento em moeda local. Essas inovações, combinadas com parcerias público-privadas e sinergias com o setor tecnofinanceiro (*fintech*), poderiam ampliar significativamente a capacidade de mobilizar recursos para o desenvolvimento sustentável e inclusivo. Para alcançar os ODS em 2030, os bancos de desenvolvimento desempenham um papel central na mobilização de recursos e na implementação de instrumentos financeiros eficientes que permitam atrair capital público e privado para projetos de grande escala, muitas vezes fora do alcance dos governos e das empresas. Para enfrentar esses desafios, será necessária a associação de diversos atores, com diferentes mecanismos e instrumentos inovadores de financiamento.

Promover a inovação financeira, fomentando o uso de instrumentos financeiros inovadores, criativos e de nova geração orientados às MPME, como garantias de crédito ou cofinanciamento com o setor privado, que possam adaptar-se às diferentes capacidades dos bancos e ajudem a mitigar riscos — especialmente em setores emergentes ou de alto impacto social e ambiental —, contribuirá para mitigar os impactos das falhas de mercado na inclusão financeira. Além disso, fortalecer a educação financeira das MPME e, desse modo, assegurar que mais empresas possam ter acesso ao crédito em melhores condições, impulsionará seu crescimento e sua integração nas cadeias produtivas.

Esses capítulos propõem um roteiro ambicioso, mas realista, das mudanças que devem ser realizadas para enfrentar os desafios do financiamento para o desenvolvimento na América Latina e no Caribe. A mensagem transversal é que a região precisa renovar sua arquitetura fiscal, financeira e institucional, não só com mais recursos, mas também com melhor governança, cooperação internacional reforçada e liderança política. A implementação do Compromisso de Sevilha representa uma oportunidade para avançar no financiamento das dimensões econômicas, sociais e ambientais do desenvolvimento. A vontade política e a coordenação de atores públicos e privados, nacionais e internacionais, são ingredientes essenciais para materializar essa mudança.

A terceira parte do *Estudo*, que está disponível no site da CEPAL ([www.cepal.org](http://www.cepal.org)), inclui as notas sobre o desempenho econômico dos países da América Latina e do Caribe em 2024 e no primeiro semestre de 2025, bem como os respectivos anexos estatísticos. A informação apresentada foi atualizada até 30 de junho de 2025.



## Resumo executivo

### A. Dinâmicas mundial e regional em 2024 e 2025

#### 1. O contexto internacional

Em 2025, o crescimento do PIB mundial se desacelerará e se situará em torno de 3%, em comparação com os 3,3% registrados em 2024. Com essa cifra, o PIB será o mais baixo desde os anos posteriores à pandemia de COVID-19. Essa desaceleração será generalizada e afetará tanto as economias avançadas como as economias em desenvolvimento, num contexto de alta incerteza e tensões comerciais crescentes.

Os Estados Unidos, que representam 25% do PIB mundial, registrarão a maior desaceleração entre as economias avançadas, com uma taxa projetada de crescimento do PIB em torno de 2%. A diminuição do crescimento corresponde a três fatores: a maior incerteza em relação ao rumo da política econômica no país e ao contexto econômico futuro, o impacto econômico das tarifas e as elevadas taxas de juros de longo prazo que a economia dos EUA registra desde o fim da pandemia, intensificadas a partir de abril de 2025. Não obstante, o mercado de trabalho continua mostrando resiliência e a taxa de desemprego se mantém em nível baixo (4,2%).

Na zona do euro prevê-se um crescimento limitado do PIB, em torno de 1%, como resultado de um forte impacto das tarifas nas economias com base manufatureira e da fraca competitividade devido ao escasso dinamismo do investimento e da produtividade. Algumas economias concentradas na produção de serviços, como Espanha e Grécia, mostram mais resiliência.

O PIB da China crescerá abaixo de sua meta oficial de 5%. O país enfrenta queda do consumo, crise imobiliária, deflação persistente e diminuição da demanda externa, parcialmente compensada pela desvalorização do yuan.

As economias emergentes e em desenvolvimento continuarão contribuindo significativamente para o crescimento mundial, mas também nelas haverá desaceleração do aumento do PIB. Além disso, prevê-se uma diminuição do volume do comércio mundial de bens, que terá efeitos negativos em regiões que dependem das exportações, como a América Latina e a Ásia.

Os fluxos de capital para as economias emergentes mostraram sinais de enfraquecimento em 2024, enquanto os preços das matérias-primas se mantiveram relativamente altos. A guerra tarifária iniciada em abril de 2025 agravou esse cenário, afetando os fluxos financeiros, o comércio e as expectativas de crescimento mundial.

#### 2. A liquidez global

No primeiro semestre de 2025, a liquidez global manteve uma trajetória expansionista. Essa dinâmica foi liderada pelos Estados Unidos e pela zona do euro, enquanto no Japão e no Reino Unido a liquidez mostrou sinais de desaceleração e ocorreram respostas monetárias diferenciadas diante de níveis heterogêneos de inflação e crescimento econômico.

Nos Estados Unidos, a Reserva Federal manteve uma postura de estabilidade, mantendo as taxas de juros enquanto a inflação descia para 2,4% e o desemprego permanecia baixo. Em contraste, o Banco Central Europeu reduziu sua taxa de juros em junho de 2025 para evitar restrições de liquidez diante da crescente incerteza global. O Banco da Inglaterra optou por manter sua taxa referencial

sem alterações em junho, em 4,25%, num contexto de aumento da inflação e contração da atividade econômica. Por sua vez, o Banco do Japão elevou sua taxa de juros pela primeira vez desde 2008, em resposta ao aumento dos preços e dos salários, embora sua economia tenha mostrado sinais de fragilidade.

Na área cambial, o dólar se desvalorizou frente a outras moedas importantes, apesar da elevação dos rendimentos dos títulos do Tesouro. Essa combinação incomum de desvalorização monetária e aumento das taxas de juros reflete a incerteza derivada da guerra tarifária, crescimento do déficit fiscal dos EUA (que superou 6% do PIB) e crescente volume de pagamentos de juros da dívida, que poderiam superar 1 trilhão de dólares em 2025.

A perda de valor do dólar e dos títulos do Tesouro rompe padrões históricos, mas não enfraqueceu o papel dominante do dólar como moeda de reserva global. Em conjunto, essas tendências são o reflexo de um ambiente financeiro internacional volátil, o que tem implicações relevantes para a estabilidade monetária, o acesso ao financiamento e a gestão de riscos em economias emergentes.

### 3. As contas externas

**Em 2025, as contas externas da América Latina e do Caribe enfrentarão maiores pressões diante de novos riscos globais.** Prevê-se que o déficit em conta corrente apresente um leve aumento em 2025, chegando a 1,1% do PIB, continuando, portanto, na trajetória de correção iniciada em 2022.

O desempenho da balança de comércio de bens e serviços permanece frágil. Não se observam sinais claros de um maior dinamismo das exportações, enquanto a demanda interna continua fraca, limitando a expansão da atividade econômica.

Os gastos líquidos por renda dos fatores continuariam afetando negativamente a conta corrente, devido ao peso dos pagamentos de juros, em consonância com as necessidades de financiamento. As remessas atuariam como um amortecedor que permite mitigar os desequilíbrios externos, embora seu impacto seja limitado frente às pressões da renda dos fatores, agravadas pelas altas taxas de juros num ambiente de incerteza.

Prevê-se uma desaceleração das entradas líquidas de capital, em todas as rubricas (investimento estrangeiro direto, investimento de carteira, derivados e outros investimentos), o que reduzirá os recursos disponíveis para a acumulação de reservas internacionais e para responder a choques externos, uma vez compensado o déficit em conta corrente. O investimento estrangeiro direto continuará sendo a principal fonte de financiamento, mas com um maior protagonismo do reinvestimento de lucros, o que eleva os riscos de concentração setorial e de dependência das estratégias das empresas multinacionais, ao mesmo tempo que limita as opções de diversificação produtiva e inovação.

Paralelamente, prevê-se que o mercado de dívida experimente um crescimento sustentado, principalmente devido às ofertas de dívida de empresas privadas e emissões soberanas. Projeta-se que as emissões de títulos temáticos tenham uma participação um pouco inferior à de anos anteriores, o que ressalta os limites das finanças sustentáveis. Essa configuração eleva os riscos de um maior endividamento externo e de ajustes mais severos nas políticas macroeconômicas no âmbito nacional, num contexto global incerto e de crescimento moderado tanto mundial como regional.

### 4. A atividade econômica

**Em 2025 a América Latina e o Caribe atravessam uma nova fase de desaceleração econômica.** Depois de uma aceleração nos primeiros trimestres de 2024, o crescimento do PIB regional perdeu dinamismo no fim desse ano, devendo passar de 2,3% em 2024 para 2,2% em 2025. Essa tendência confirma um decênio de baixo crescimento, em que a expansão média do PIB foi de apenas 1,2% no período 2016-2025, até mesmo inferior à registrada nos anos 80.

A desaceleração do crescimento econômico é generalizada: no primeiro trimestre de 2025, somente 5 de 17 países mostraram aceleração superior a 1% e somente um país superou os 2%. As causas variam: no Chile e na Colômbia, destaca-se a estagnação do investimento; no Brasil, a desaceleração do consumo e do investimento; na Costa Rica e no Peru foi determinante o setor agrícola, ao qual se somou no primeiro caso o setor da construção; no México o crescimento se manteve graças à expansão do setor agrícola. A Argentina, por outro lado, rompeu a tendência, com uma expansão interanual de 6,1%.

O freio da economia é reflexo da fraqueza do consumo privado e da formação bruta de capital fixo. O consumo, embora continue sendo o principal motor do PIB, cresce a um ritmo menor num contexto de fraca criação de empregos, baixa confiança e altas taxas de juros. O investimento, por sua vez, encontra-se limitado por condições financeiras restritivas e uma elevada incerteza acerca da situação geopolítica.

Pela primeira vez desde 2019, a contribuição das exportações líquidas ao crescimento econômico se tornou positiva em 2024, mas essa tendência poderia se reverter em 2025 devido ao aumento do protecionismo comercial. No nível setorial, o crescimento está se desacelerando em praticamente todas as indústrias, exceto alguns serviços. Por último, o baixo crescimento da região é explicado pela deterioração dos aportes de capital e da produtividade, enquanto o emprego continua sendo o único motor da economia, embora com menor força.

## 5. O emprego e os salários

**O crescimento do emprego se manteve baixo, em consonância com o ritmo de crescimento do PIB.** Em 2024, o emprego na América Latina e no Caribe cresceu 1,8% e apresentou aumento em 15 de 17 países. A expansão, impulsionada principalmente pelos setores de maior produtividade, como a indústria manufatureira e os serviços financeiros, foi liderada pelo emprego assalariado. Em 2025, o ritmo de crescimento do emprego diminuiu levemente, registrando uma taxa interanual de 1,7% no primeiro trimestre, mantendo-se o dinamismo do setor industrial (2,3%) e dos serviços (2,0%). Em contraste, o emprego agrícola continuou registrando contração.

O emprego assalariado foi o principal motor do crescimento do emprego, com uma expansão de 2,2% e uma contribuição de 82% ao aumento total do emprego. Também aumentou o número de pessoas que trabalham por conta própria, enquanto o serviço doméstico e as categorias de trabalhadores familiares não remunerados e empregadores registraram queda.

O aumento do emprego formal se refletiu numa redução da taxa de informalidade da região, que passou de 46,8% para 46,3%. Não obstante, quase a metade dos trabalhadores da região ainda se encontra em condições de informalidade. Além disso, a taxa de desocupação diminuiu de 6,7% para 6,0% em relação ao primeiro trimestre de 2025 e apresentou reduções significativas no Brasil, Colômbia e Jamaica.

Persistem lacunas de gênero importantes. No primeiro trimestre de 2025, a participação das mulheres no mercado de trabalho alcançou 52,1%, frente a 74,0% no caso dos homens, e a taxa de ocupação das mulheres foi 22 pontos percentuais inferior à dos homens. Contudo, essas lacunas diminuíram levemente, acompanhadas de uma redução da desocupação feminina, ao comparar as taxas do primeiro trimestre de 2024 e do primeiro trimestre de 2025 (de 8,1% para 7,4%).

Finalmente, os salários reais continuaram aumentando no primeiro trimestre de 2025. Nesse período, o salário real médio cresceu 3,3% e o salário real mínimo aumentou 1,3%, em comparação com o primeiro trimestre de 2024, favorecidos por uma inflação menor e pela expansão do emprego em setores formais e com maiores níveis de remuneração.

## 6. A dinâmica dos preços internos

**A inflação estabilizou-se, embora com diferenças entre os países.** Em 2024, a inflação na América Latina e no Caribe manteve sua tendência à queda e no fim do ano registrou uma mediana regional de 2,9%, frente a 3,7% em 2023. Essa moderação foi impulsionada pela diminuição dos preços internacionais das matérias-primas e por políticas internas orientadas a conter as pressões inflacionárias. Contudo, no primeiro semestre de 2025 a inflação geral se estabilizou e a mediana regional se manteve em 3,9% em junho, sem alterações em relação a dezembro de 2024.

As dinâmicas sub-regionais foram desiguais. O grupo formado pela América Central e México registrou a maior redução da inflação, com uma mediana de 1,6% em junho de 2025. O Caribe de língua inglesa e holandesa mostrou um leve aumento da inflação (2,3%), enquanto na América do Sul a inflação manteve níveis mais elevados (4,7%), embora tenha se desacelerado ligeiramente.

Quanto aos componentes, a inflação subjacente — que exclui os elementos mais voláteis — mostrou um aumento de 1 ponto percentual, alcançando uma mediana de 3,8% em junho. Em 17 países, a inflação ficou acima de 3%, superando em vários casos a meta inflacionária estabelecida pelo banco central. Por outro lado, a inflação de alimentos diminuiu ligeiramente (de 3,5% para 3,1%).

A inflação de serviços mostrou uma resistência significativa à queda e aumentou de 2,8% para 3,2% no primeiro semestre de 2025. Em contraste, a inflação de bens (excluídos os alimentos não processados) diminuiu de 3,0% para 2,5%.

Vários fatores explicam esses padrões. Ajustes salariais, mecanismos de indexação de preços e altas nos preços de serviços regulados (como saúde, educação e transporte) impulsionaram a inflação subjacente e de serviços. Por outro lado, a queda dos preços internacionais de alimentos, a normalização do transporte global e a menor demanda externa contribuíram para a redução da inflação de bens e de alimentos.

## 7. Os resultados fiscais

**Manteve-se o reduzido espaço fiscal, com um aumento do peso do pagamento de juros.** Na área fiscal, estima-se que na América Latina as receitas totais do governo central aumentem levemente em 2025, alcançando uma média de 18,7% do PIB, devido a um ligeiro aumento das receitas tributárias. No Caribe prevê-se uma diminuição das receitas públicas, que chegariam a 27,2% do PIB em 2025, devido a uma redução das receitas não tributárias, particularmente as provenientes de doações externas para a reconstrução após o furacão Beryl. Os gastos públicos devem manter-se estáveis na região, numa média de cerca de 21,8% do PIB na América Latina e 30,3% do PIB no Caribe. Projeta-se também uma leve recomposição em favor dos gastos de capital na América Latina e dos gastos correntes primários no Caribe.

Na América Latina, prevê-se uma ligeira redução do déficit primário, que se situaria em -0,1% do PIB em 2025. Essa melhoria ocorre num contexto em que vários países da região avançam em processos de consolidação fiscal. Não obstante, o déficit global continuaria no mesmo nível do ano anterior: -3,1% do PIB. No Caribe projeta-se um aumento do déficit global e diminuição do superávit primário, que alcançariam níveis de -3% e 0,2% do PIB, respectivamente, continuando a tendência observada em 2024.

Prevê-se que os pagamentos de juros aumentem na América Latina, alcançando 3% do PIB em 2025, enquanto no Caribe se manteriam estáveis, em 3,2% do PIB. Embora tenha ocorrido uma redução da dívida pública na América Latina, os níveis continuam elevados na maioria dos casos, alcançando 50,2% do PIB no primeiro trimestre de 2025. No Caribe, a dívida se situou em 68,4% do PIB no fim de 2024 e registrou diminuição generalizada entre os países da sub-região.

## 8. O contexto monetário

Em 2024 e nos primeiros meses de 2025, os bancos centrais da América Latina e do Caribe relaxaram gradualmente sua política monetária, num contexto de queda da inflação e expectativas de flexibilização por parte da Reserva Federal dos Estados Unidos. Contudo, as taxas de juros se mantêm em níveis contracionistas, superiores aos anteriores à pandemia. No fim de 2024, a incerteza global levou vários países a darem uma pausa nos cortes de taxas e mesmo a elevar as taxas em casos como os do Brasil e Uruguai, devido a pressões inflacionárias persistentes.

A desvalorização das moedas regionais se intensificou no segundo semestre de 2024, especialmente em economias com metas de inflação ou inflação crônica. Desde abril de 2025, observou-se a valorização de algumas moedas, após a desvalorização do dólar provocada pelo início da guerra tarifária. Não obstante, persiste uma alta volatilidade cambial, associada à incerteza política e comercial internacional.

As reservas internacionais líquidas da região aumentaram de forma sustentada desde 2023 e alcançaram 878 bilhões de dólares no primeiro trimestre de 2025. Esse processo foi impulsionado por estratégias de precaução dos bancos centrais, maiores exportações, fluxos de remessas e acordos com organismos internacionais.

O endurecimento das condições financeiras externas gerou aumentos das taxas de juros bancárias e uma maior preferência pelo crédito interno. O crédito interno líquido cresceu com força em 2025, especialmente no setor público. Por sua vez, os depósitos bancários apresentaram um aumento interanual de 13,8% em março de 2025, destacando-se o forte crescimento dos depósitos em moeda estrangeira.

Finalmente, apesar do dinamismo do crédito, a rentabilidade bancária diminuiu, enquanto os níveis de liquidez e capital se mantiveram adequados. A elevada incerteza internacional representa um desafio para as políticas monetária, cambial e macroprudencial e ressalta a necessidade de fortalecer a coordenação das políticas para evitar uma espiral de vulnerabilidade financeira na região.

## B. Perspectivas econômicas para a América Latina e o Caribe em 2025 e 2026

### 1. No biênio 2025-2026, prevê-se que a região se manterá numa trajetória de baixo crescimento

Projeta-se um crescimento regional de 2,2% em 2025 e 2,3% em 2026, num contexto mundial complexo marcado pelo alto grau de incerteza. O desempenho econômico continuará condicionado pela demanda externa fraca, condições financeiras restritivas e fragilidade derivada de fatores internos, como um menor dinamismo do consumo, baixo investimento, elevada informalidade do trabalho e persistentes desigualdades estruturais.

No âmbito sub-regional, os países da América do Sul cresceriam 2,7% em 2025 e 2,4% em 2026, enquanto o grupo formado pela América Central e México apresentará um crescimento mais fraco (1,0% em 2025 e 1,7% em 2026), devido à desaceleração nos Estados Unidos. Os países do Caribe, excluindo a Guiana, cresceriam 1,8% em 2025 e 1,7% em 2026, mas sua dinâmica estará muito condicionada pela evolução do setor do turismo, os altos custos logísticos e a vulnerabilidade climática (veja o quadro 1). A ampla dispersão das taxas de crescimento dos países revela tanto a diversidade de suas condições internas como os graus de exposição externa que enfrentam.

**Quadro 1**

América Latina e Caribe: crescimento do PIB real em 2024 e projeções para 2025 e 2026  
(Em porcentagens)

	2024	2025	2026
<b>América Latina e Caribe</b>	<b>2,3</b>	<b>2,2</b>	<b>2,3</b>
<b>América Latina</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>
<b>América do Sul</b>	<b>2,4</b>	<b>2,7</b>	<b>2,4</b>
Argentina	-1,3	5,0	4,0
Bolívia (Estado Plurinacional da)	1,7	1,5	1,1
Brasil	3,4	2,3	2,0
Chile	2,6	2,4	2,2
Colômbia	1,6	2,5	2,7
Equador	-2,0	1,5	2,1
Paraguai	4,2	4,0	4,0
Peru	3,3	3,1	2,9
Uruguai	3,1	2,8	2,5
Venezuela (República Bolivariana da)	6,2	2,0	2,0
<b>América Central</b>	<b>2,8</b>	<b>2,6</b>	<b>3,4</b>
<b>América Central e México</b>	<b>1,8</b>	<b>1,0</b>	<b>1,7</b>
Costa Rica	4,3	3,5	3,7
Cuba	-1,1	-1,5	0,1
El Salvador	2,6	2,4	2,7
Guatemala	3,7	3,6	4,0
Haiti	-4,2	-2,3	-1,0
Honduras	3,6	3,2	3,8
México	1,4	0,3	1,0
Nicarágua	3,6	3,1	3,4
Panamá	2,9	4,2	4,6
República Dominicana	5,0	3,7	4,8
<b>Caribe</b>	<b>11,2</b>	<b>4,1</b>	<b>7,8</b>
<b>Caribe (excluindo Guiana)</b>	<b>2,6</b>	<b>1,8</b>	<b>1,7</b>
Antígua e Barbuda	4,3	3,5	3,0
Bahamas	3,4	1,8	1,7
Barbados	4,0	2,6	1,8
Belize	8,1	1,5	2,5
Dominica	2,1	2,5	3,0
Granada	4,0	3,5	3,0
Guiana	43,6	10,3	23,0
Jamaica	1,4	1,3	1,2
Saint Kitts e Nevis	1,2	1,0	2,5
São Vicente e Granadinas	4,1	4,0	3,0
Santa Lúcia	3,9	2,5	2,6
Suriname	3,0	3,2	3,5
Trinidad e Tobago	1,5	1,5	1,2

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

Nota: Com base em informações de 30 de junho de 2025.

## 2. O contexto internacional continuará apresentando elevados níveis de incerteza

Em 2025 o cenário mundial será marcado por uma expansão econômica moderada. O crescimento se desacelerará nos Estados Unidos e na Europa e apresentará um dinamismo fraco na China. Persistem as tensões geopolíticas e o aumento do protecionismo, prevendo-se possíveis interrupções nas cadeias de suprimentos. As economias emergentes continuarão contribuindo para o crescimento global, mas poderiam ser afetadas também por uma eventual queda dos fluxos de capital e maior seletividade financeira.

As condições financeiras internacionais apresentam riscos crescentes. Enquanto alguns bancos centrais, como o Banco Central Europeu, iniciaram cortes das taxas de juros, outros, como o Banco do Japão, mantêm posturas restritivas. Essa falta de sincronização aumenta a incerteza para as economias em desenvolvimento. Além disso, a volatilidade dos preços de produtos básicos (como a energia, os alimentos e os metais) e a exposição a fenômenos climáticos extremos poderiam gerar pressões inflacionárias e limitar a margem de ação das políticas macroeconômicas.

## 3. A vulnerabilidade externa persiste e complica a posição do balanço de pagamentos

Projeta-se para a América Latina e o Caribe um déficit em conta corrente de 1,1% do PIB em 2025. A região continua dependendo do investimento estrangeiro direto e do endividamento externo, num contexto de menores entradas de capital e aumento dos custos financeiros. Essa situação limita a capacidade dos países para corrigir desequilíbrios externos sem recorrer a ajustes internos onerosos. O fortalecimento da resiliência ante fatores externos exige políticas macroeconômicas ativas, integração regional e diversificação produtiva.

## 4. A demanda interna mostrará um dinamismo fraco

O consumo privado continuará sendo o principal motor do PIB, mas com um impulso menor do que em trimestres anteriores, em consequência da perda de dinamismo da renda do trabalho, taxas de juros relativamente altas e queda da confiança dos consumidores. O investimento continuará defasado e apresentará taxas de crescimento moderadas e uma participação de 18,5% do PIB, sem consolidar uma recuperação sustentada. Os gastos públicos, limitados pelo espaço fiscal reduzido, terão pouca margem para estimular a atividade. As exportações líquidas, que deram uma contribuição positiva em 2024, perderão impulso em 2025.

## 5. O crescimento do emprego será menor do que em anos anteriores, com leves melhorias nos níveis de desocupação e informalidade

A criação de empregos se desacelera: projetam-se taxas de crescimento do número de pessoas ocupadas de 1,5% em 2025 e 1,2% em 2026, inferiores às observadas em 2023 e 2024. Mesmo assim, espera-se que a taxa de desemprego se mantenha estável, em torno de 5,6%, e que continue a diminuição da informalidade do trabalho, graças ao maior peso da geração de empregos em setores formais. Prevê-se que a participação no mercado de trabalho continue melhorando gradualmente, especialmente no caso das mulheres, o que contribuirá para melhorar indicadores de equidade, embora as lacunas de gênero continuem elevadas.

## 6. Espera-se que em 2025 e 2026 a inflação se mantenha estável, próxima dos níveis estabelecidos como meta, embora com um possível viés de alta

A inflação regional se estabilizou em torno de 3% em 2024 e se espera que permaneça nesse nível em 2025 e 2026. Não obstante, persiste uma resistência à queda nos preços de serviços e componentes subjacentes, devido a ajustes salariais e fatores regulados. Os riscos de inflação são predominantemente de alta, em consequência de possíveis aumentos dos preços internacionais dos alimentos e da energia e de novas tensões geopolíticas. Na América do Sul haverá um processo mais lento de convergência para as metas de inflação, enquanto em países com antecedentes de inflação crônica persiste uma incerteza elevada.

## 7. O espaço fiscal continuará muito limitado e continuam as pressões ao aumento dos gastos

A região mantém déficits fiscais estruturais há mais de uma década. Apesar de as receitas públicas terem voltado aos níveis registrados antes da pandemia, as perspectivas de expansão são limitadas. Os gastos primários enfrentam pressões devido ao aumento dos pagamentos de juros e à necessidade de manter a estabilidade macroeconômica. A sustentabilidade fiscal dependerá do crescimento econômico, das taxas de juros, da taxa de câmbio e da evolução dos preços das matérias-primas. A necessidade de consolidar os gastos sem afetar a atividade econômica representa um dos maiores desafios para os governos da região. A fim de ampliar o espaço fiscal e contribuir para o crescimento, é preciso avançar simultaneamente em três frentes: i) melhorar a eficiência dos gastos, reorientando recursos para investimento em setores-chave, como a infraestrutura e a educação; ii) mobilizar recursos internos por meio de reformas tributárias progressivas que permitam combater a evasão, fortalecer os impostos diretos, racionalizar o uso de gastos tributários e consolidar fontes complementares de recursos fiscais; iii) fortalecer a institucionalidade fiscal e adotar marcos de médio prazo que considerem critérios de sustentabilidade ambiental e social.

## 8. Não se espera um aumento do espaço com que as autoridades monetárias contam para impulsionar o crescimento

A inflação baixa oferece uma margem para posturas monetárias menos restritivas. Contudo, a alta incerteza global, a volatilidade cambial e os fluxos de capital condicionam a ação dos bancos centrais. A política monetária enfrenta o desafio de preservar a estabilidade das expectativas de inflação sem aprofundar a desaceleração econômica. É preciso fortalecer a coordenação das políticas fiscal, monetária e cambial e ampliar os instrumentos disponíveis para manter a estabilidade macrofinanceira e evitar espirais recessivas.

## C. Políticas de médio e longo prazo: rumo a uma transformação produtiva inclusiva e sustentável

Os países da América Latina e do Caribe enfrentam a urgente necessidade de acelerar a mobilização de recursos para o desenvolvimento a fim de evitar uma nova década perdida, num contexto internacional complexo e pouco favorável. As projeções apresentadas neste relatório confirmam a existência de tensões estruturais não resolvidas, entre as quais se destacam a alta

dependência das exportações primárias, escassa diversificação produtiva, baixos níveis de investimento, mercados de trabalho com pouco dinamismo e elevada informalidade e políticas macroeconômicas pró-cíclicas.

Nesse cenário, a mobilização de recursos financeiros adquire um caráter estratégico, não só para manter a estabilidade macroeconômica, mas também como um impulso fundamental para responder aos desafios estruturais que as economias da região e outras economias em desenvolvimento enfrentam.

A Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, realizada em Sevilha (Espanha) de 30 de junho a 3 de julho de 2025, proporcionou um marco para a ação, deu impulso político aos debates nessas áreas de política e reafirmou a necessidade de renovar os compromissos globais e regionais a fim de aumentar o financiamento para o desenvolvimento. A segunda parte do presente *Estudo Econômico* da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), intitulada “Mobilização de recursos para o financiamento do desenvolvimento”, aborda de maneira integral os desafios e oportunidades que a região enfrenta em seu esforço para mobilizar recursos que financiem um desenvolvimento sustentável. O conteúdo dessa parte, que serviu de base técnica da participação da CEPAL na Conferência, está articulado em torno de três dimensões importantes: a política fiscal, as reformas necessárias para mobilizar recursos adicionais e o papel dos bancos de desenvolvimento.

O capítulo II, “Desafios fiscais para a mobilização de recursos internos”, destaca que o fortalecimento da política fiscal é uma condição necessária para qualquer estratégia de desenvolvimento. A região enfrenta pressões crescentes sobre os gastos públicos, ao mesmo tempo que dispõe de baixos níveis de receitas tributárias e limitadas capacidades institucionais. Apesar de ter superado os impactos imediatos da pandemia, persistem condições estruturais, como uma arrecadação tributária baixa e regressiva (21,3% do PIB em 2023, frente a uma média de 34% nos países da OCDE em 2022), elevada evasão fiscal (433 bilhões de dólares) e altos gastos tributários. Ao mesmo tempo, o investimento público diminuiu para conter os déficits, o que enfraqueceu o papel do Estado como motor do crescimento. A fim de reverter essa tendência, a CEPAL propõe uma política fiscal transformadora, baseada numa maior progressividade tributária, redução da evasão e avaliação dos benefícios fiscais. Além disso, propõe-se priorizar o investimento em setores estratégicos, fortalecer as regras fiscais, integrar os riscos climáticos e melhorar a prestação de contas.

O capítulo III, “Mobilização de recursos para a transformação produtiva”, aborda as reformas necessárias para complementar os esforços de mobilização de recursos públicos nacionais dirigidos a impulsionar uma mudança no modelo de desenvolvimento das economias da região. A lacuna de financiamento para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos países em desenvolvimento de todo o mundo aumentou de 2,5 trilhões de dólares anuais antes da pandemia para entre 3 e 4 trilhões de dólares anuais em 2025, com projeções que superam 6 trilhões de dólares em 2030. Diante desse panorama, a região deve avançar nos seguintes âmbitos: i) renovar a arquitetura financeira internacional, inclusive a cooperação tributária internacional para combater a evasão, e melhorar os mecanismos de gestão da dívida soberana; ii) fortalecer a cooperação internacional para o desenvolvimento, inclusive a cooperação Sul-Sul; iii) fomentar o investimento do setor privado, um âmbito em que o fortalecimento de políticas para a atração do investimento estrangeiro direto é essencial.

Por último, o capítulo IV, “O papel dos bancos de desenvolvimento na mobilização de recursos”, sublinha a função-chave dos bancos de desenvolvimento no financiamento de investimentos estratégicos e na superação das falhas de mercado. Na América Latina e no Caribe, essas instituições são fundamentais para apoiar as micro, pequenas e médias empresas (MPME) e proporcionar financiamento para infraestrutura e setores emergentes, como o de energias limpas. Não obstante,

existe uma grande heterogeneidade entre bancos multilaterais, sub-regionais e nacionais quanto às suas capacidades e enfoques. Fortalecer sua governança, melhorar sua capacidade de mobilização de recursos, promover instrumentos financeiros adaptados às necessidades das economias da região e fomentar a educação financeira das MPME são medidas essenciais para ampliar o impacto dos bancos de desenvolvimento.

Esses capítulos destacam que a mobilização de recursos é uma questão não só de fundos disponíveis, mas também de governança efetiva, liderança política e cooperação internacional. Nesse sentido, a implementação do Compromisso de Sevilha oferece uma oportunidade para avançar no financiamento para o desenvolvimento econômico, social e ambiental.



O milho, cuja origem se encontra na América, constitui uma das culturas mais importantes do mundo.

Baixo-relevo no caracol do edifício da sede da CEPAL em Santiago.

[www.cepal.org](http://www.cepal.org)

Os países da América Latina e do Caribe enfrentam a urgente necessidade de acelerar a mobilização de recursos para o desenvolvimento a fim de evitar uma nova década perdida, num contexto internacional complexo e pouco favorável. Esta edição do *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe* sintetiza as principais mensagens que a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) — acompanhando os países da região — levou à Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, realizada em Sevilha (Espanha) em 2025.

Este *Estudo* analisa três dimensões fundamentais para a mobilização de recursos: os desafios fiscais e estruturais que limitam a mobilização de recursos internos; a crescente lacuna de financiamento para a transformação produtiva, que exige uma reforma da arquitetura financeira internacional e a promoção da atração de recursos privados; e o papel estratégico dos bancos de desenvolvimento na canalização de financiamento para setores-chave.

Os capítulos sublinham que, para alcançar o desenvolvimento sustentável, é preciso ter uma política fiscal transformadora, um maior investimento privado e uma cooperação internacional renovada, junto com instituições sólidas e ágeis. O diagnóstico e as propostas aqui apresentados delineiam um roteiro para avançar no cumprimento dos objetivos do Compromisso de Sevilha e contribuir para gerir as transformações indispensáveis nos modelos de desenvolvimento da região.

Versão digital disponível on-line



<https://bit.ly/EstudoEconomico-Resumo-2025>

CEPAL

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)  
Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)  
[www.cepal.org](http://www.cepal.org)